

Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC

Mercure Salvador Rio Vermelho Hotel

Salvador/BA, 07 de abril de 2017

AJUDA MEMÓRIA - MINUTA

Participantes:

NOME		INSTITUIÇÃO
1.	Adson Roberto Ribeiro	Associação da Bacia do São Pedro
2.	José Cisino Menezes Lopes	Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia - AIBA
3.	Josias Gomes Ribeiro Filho	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES/MG
4.	Deivid Lucas de Oliveira	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG
5.	José Roberto Valois Lobo	Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL
6.	Eduardo Luiz Rigotto	Consórcio dos Municípios do Lago de Três Marias - COMLAGO
7.	Evilânia Alfnas Moreira	Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA
8.	João Alves do Carmo	Associação Comunitária Estiva II
9.	Renilda Gomes de Souza	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe - SEMARH/SE
10.	Anivaldo de Miranda Pinto	Presidente do CBHSF
11.	José Maciel Nunes de Oliveira	Vice-Presidente do CBHSF
12.	Guilherme da Silva Oliveira	Federação da Agricultura e Pecuária do estado de Minas Gerais - FAEMG
13.	Ana Cristina da Silveira	Agência Peixe Vivo
14.	Manoel Vieira de Araujo Junior	Agência Peixe Vivo
15.	Luís Gustavo de Moura Reis	Gama Engenharia
16.	Pedro Lucas Cosmo de Brito	Gama Engenharia

1. Abertura e verificação de quórum

O coordenador na CTOC, Sr. Deivid Oliveira, verificou a existência de quórum e iniciou a reunião às 9h20, dando as boas vindas a todos os participantes. Em seguida, passou a palavra para o Presidente do CBHSF, Sr. Anivaldo Miranda, que deu informações sobre a situação hídrica na bacia do Rio São Francisco e sobre o Decreto de Emergência que o Governo Federal deverá editar, uma vez que a ANA tem poderes para agir com rapidez em situações de grave crise hídrica.

2. Aprovação da ajuda-memória da reunião CTOC do dia 02 de fevereiro de 2017

Após a leitura da ajuda-memória, a mesma foi aprovada com as alterações enviadas pelo Sr. Douglas Falcão da CHESF.

Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC

Mercure Salvador Rio Vermelho Hotel

Salvador/BA, 07 de abril de 2017

3. Situação atual do cadastro de usuários da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e sua perspectiva de atualização.

O Sr. Anivaldo Miranda informou sobre a necessidade de atualização do cadastro de usuários da bacia. Em seguida deu informações sobre a reunião ocorrida na ANA sobre o tema. Após isso, o Sr. Adson relatou os problemas relacionados ao repasse dos recursos da cobrança no estado de Minas Gerais. Informou que o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paracatu tem interesse em implementar a cobrança, mas os usuários ficam inseguros devido ao contingenciamento dos recursos pelo estado. Para eles, se os recursos não retornarem para ações na bacia, irá virar somente mais um imposto. Deivid Oliveira articulou-se com a DIREC visando uma ação junto ao Ministério Público com relação aos recursos contingenciados pelo estado de Minas Gerais. Na sequência, o Sr. José Cisino disse que além da necessidade de atualizar o cadastro de usuários, as estações pluviométricas da ANA são precárias e falou da necessidade de um financiamento visando a troca dos equipamentos, aumentando a eficiência destes. Por fim, disse que este é o momento ideal para cobrar da ANA este aprimoramento. Posteriormente, o Sr. Anivaldo Miranda informou sobre um recurso existente na ANA no valor de R\$ 4 milhões para a realização de ações de monitoramento das águas na bacia do Rio São Francisco.

4. Apresentação da contribuição dos usuários para a metodologia de cobrança na bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

Inicialmente, o Sr. Deivid Oliveira leu e deu algumas explicações sobre o posicionamento da FIEMG e disse que está de acordo com a metodologia proposta pela GAMA Engenharia. O Sr. Roberto Lôbo sugeriu que fosse feito um convite a ANA para participar das discussões sobre a cobrança, uma vez que o cadastro de usuários e a cobrança são de responsabilidade desta instituição. Após algumas discussões, o Sr. Luis Gustavo explicou que não houve proposta de reajuste do PPU - Preço Público Unitário, mas sim uma atualização dos mecanismos previstos na metodologia. Em seguida, a Sra. Evilânia Moreira apresentou a proposta da COPASA, ressaltou a necessidade de igualdade entre os setores, disse que a indústria não sofreu reajuste e que o setor de saneamento está sendo penalizado pelas perdas existentes no sistema de saneamento, propondo que, em casos de boas práticas o setor de saneamento seja bonificado e não apenas deixe de ser penalizado. **Sobre o coeficiente de eficiência para o setor de saneamento, a mesma propôs que apenas o coeficiente de gestão operacional seja mantido e tenha os seguintes valores: 1, se o índice perda de distribuição for maior ou igual a 40%; 0,9, se o índice for entre 30 e 39% e 0,8, se o índice for menor que 30%. Em seguida, a Sra. Evilânia Moreira propôs a exclusão dos coeficientes consumo *per capita* (Kcpc) e gestão do sistema, objetivando um tratamento igualitário aos usuários e uma maior adequação a realidade brasileira.** O Sr. Eduardo Rigotto disse que os valores cobrados são irrisórios e que é preciso reajustar com urgência esses valores. O Sr. José Cisino não concordou com o Sr. Eduardo Rigotto, disse que a quantidade de água utilizada pelo setor de irrigação é gigantesca e que são utilizados milhares de metros cúbicos. O Sr. Roberto Lobo concordou em vários aspectos da proposta da COPASA e disse que a CASAL assume 50% dos vazamentos não detectados. Disse também que a CASAL tem tarifa única para o estado de Alagoas, porém, capta apenas 1/3 da água no Rio São Francisco e que não é possível, operacionalmente, aplicar a mesma regra para todos. O Sr. Roberto Lobo disse também que pequenos municípios são deficitários e que ocorre uma viabilidade para a concessionária apenas em municípios com mais de 20.000

Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC

Mercure Salvador Rio Vermelho Hotel

Salvador/BA, 07 de abril de 2017

habitantes. Por fim, sugeriu a contribuição da cobrança pela “carga orgânica”. O Sr. Anivaldo Miranda disse que a CASAL ainda sofre com a concorrência dos distribuidores privados que captam a água e não são cobrados. O Sr. João Alves informou que em Montes Claros/MG existe uma perda de cerca de 50% e que o consumidor está pagando por essa perda. Informou também que a COPASA faz a cobrança, porém não trata o esgoto de Montes Claros e que não é deficitária no município. O Sr. Eduardo Rigotto disse que a perda atual em Montes Claros é de 37%. O Sr. Maciel Oliveira elogiou a proposta da COPASA e disse que o CBHSF deve ter sensibilidade em relação ao setor de saneamento, uma vez que o segmento é deficitário. O Sr. Deivid Oliveira informou que o Sr. Douglas Falcão enviou e-mail justificando sua ausência na reunião. O Sr. Adson Ribeiro apresentou a proposta do setor de irrigação e disse que o K rural está muito elevado. O Sr. José Cisino solicitou mais atenção para o setor de irrigação e disse que não foi correto utilizar o Plano de recursos Hídricos como balizador da necessidade de arrecadação. Além disso, disse que houve um aumento excessivo para o setor de irrigação e que é admitido um aumento entre 40-50%, aumentando 20% o PPU e 20% o K. Disse também que o PPU não pode ficar de fora da atualização da metodologia de cobrança. O Sr. Adson Ribeiro sugeriu que se fizesse um reajuste no K irrigação e mantivesse a metodologia antiga ou que se ajustasse a nova metodologia, uma vez que da forma que se encontra está muito oneroso para o setor de irrigação. O Sr. Roberto Lôbo disse que a cobrança da CASAL vai aumentar de cerca de R\$ 840 mil para R\$ 2,7 a 3,0 milhões. O Sr. Anivaldo Miranda chamou a atenção para o que foi definido no Plano de Recursos Hídricos e disse que não se pode tratar de maneira igual consumidores que se comportam de maneira diferente em relação ao uso da água.

5. Apresentação da consolidação das propostas apresentadas pelo setor de usuários referente à atualização da metodologia de cobrança.

Após o intervalo de almoço, iniciou-se a apresentação da GAMA Engenharia sobre a consolidação da metodologia da cobrança. O Sr. Pedro Brito fez a apresentação e, dentre outras informações, disse que o potencial de arrecadação da cobrança na bacia passará de R\$ 23 para R\$ 32 milhões. Logo após, iniciou-se uma série de questionamentos. O Sr. Roberto Lôbo perguntou sobre os Ks da nova metodologia, principalmente o K faturamento, em virtude das perdas sofridas no sistema das Companhias de Saneamento. Disse também que o K utilização não se aplica ao setor de saneamento, uma vez que a água é para a entrega, com baixo índice de reutilização. O Sr. Anivaldo Miranda fez algumas considerações sobre o impacto das propostas e elogiou a evolução das discussões na CTOC. Falou também que o CBHSF não vai renunciar ao que existe previsto no Plano de Recursos Hídricos e que os valores que serão arrecadados servirão para dar sustentabilidade à bacia. Adicionalmente, sugeriu uma projeção do preço da água para daqui a 10 anos, uma vez que, inevitavelmente, esse bem terá o seu preço aumentado pela ANA, em um contexto de crise. A Sra. Evilânia Moreira disse que a proposta da COPASA é baseada na realidade brasileira e também sugeriu que a ANA fosse convidada para as reuniões com o objetivo de esclarecer a questão do cadastro de usuários na bacia. O Sr. Deivid Oliveira reforçou que o cadastro de usuários na bacia é falho e que ainda existe a questão dos usuários insignificantes e aqueles que não estão sendo cobrados. O Sr. Adson Ribeiro disse que é necessário chegar a um número do K rural que não impacte tanto os irrigantes. O Sr. José Cisino disse que nada mudou na bacia que justifique o aumento do valor da água e que, com esse impacto da nova

Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC

Mercure Salvador Rio Vermelho Hotel

Salvador/BA, 07 de abril de 2017

metodologia de cobrança, o produtor não irá pagar a conta. **O Sr. Adson Ribeiro sugeriu aumentar de imediato o PPU em 14%, passar o K rural para 0,30 e manter os outros Ks.** O Sr. João Alves defendeu que todos paguem pelo uso da água e perguntou para os representantes da GAMA Engenharia sobre alguma possibilidade da apresentação de um caminho para se chegar aos usuários não pagantes. O Sr. Josias Gomes disse que a conta tem que ser paga, uma vez que o aumento para o setor de saneamento e para os grandes irrigantes é muito pequeno. O Sr. Eduardo Rigotto concordou com o Sr. Josias Gomes, reforçou que o aumento proposto para o saneamento não causará impactos e sugeriu rever o PPU para todos os setores.

6. Encaminhamentos relacionados à metodologia de cobrança.

Após as discussões e questionamentos, o Sr. Deivid Oliveira informou que existem duas propostas encaminhadas, além da metodologia proposta pela GAMA Engenharia: (1) a proposta do setor de Saneamento e (2) a do setor de Irrigação. O mesmo propôs, como encaminhamento, que a nova metodologia seja definida na próxima reunião, fechando essa nova metodologia de cobrança tendo como base a metodologia proposta pela GAMA Engenharia. O Sr. Deivid Oliveira solicitou que a GAMA Engenharia simule os valores com as 2 propostas e envie os resultados para a CTOC, para que a nova metodologia de cobrança seja definida na próxima reunião da Câmara que será realizada em Recife/PE, no dia 17 de maio de 2017.

7. Encerramento

Por fim, o Sr. Deivid Oliveira agradeceu a presença e a participação de todos e encerrou a reunião às 17h40.

Deivid Lucas de Oliveira
Coordenador da CTOC/CBHSF